



www.institutobuzios.org.br

INFORME nº 35

Dia Global de Mobilização e Ação - 26 de Janeiro de 2008



Uma semana de atividades e manifestações pelo mundo culminará no dia 26 de Janeiro de 2008. Desde o levante zapatista, em 1994, e as manifestações de Seattle, em 1999, surge uma aliança mundial de movimentos contra a globalização neoliberal, a guerra, o patriarcado, o racismo, o colonialismo e os desastres ambientais. Esse movimento teve como marcos as grandes mobilizações internacionais como as realizadas em Gênova e Cancun contra a OMC. Atingiu seu apogeu em 15 de fevereiro de 2003, com a grande manifestação mundial contra a invasão do Iraque pelos Estados Unidos. O principal desafio agora é fazer a conexão entre estas lutas locais e nacionais com objetivos mundiais para ampliar alianças e fortalecer nossas lutas, alternativas e campanhas. Este é o propósito: atuar localmente para mudar globalmente! Desde 2001, o Fórum Social Mundial (FSM) se tornou o principal espaço no qual todos esses movimentos se encontram e constroem alianças. A decisão que o próximo FSM se realize em 2009 abre espaço para que uma ampla mobilização global se realize em 2008. A data, 26 de janeiro, foi escolhida como forma de manter o confronto com o Fórum Econômico Mundial, encontro da elite neoliberal que acontece sempre em janeiro em Davos (Suíça). O Dia de Mobilização e Ação Global será realizado por todas as organizações e movimentos em nível internacional, nacional e local que queiram envolver-se. Cada rede, movimento, organização decidirá como realizar suas próprias ações, seus temas, seu formato e como irá articular suas conexões nacionais e internacionais. Mais informações: <http://www.wsf2008.net> / <http://www.forumsocialmundial.org.br>.

Lei que torna obrigatório ensino de História da Cultura Africana faz cinco anos em janeiro

A Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino de História da Cultura Africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio faz cinco anos em janeiro de 2008. Contudo, a valorização da diversidade racial por meio da inclusão de conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileiras nos currículos escolares ainda não é realidade nas salas de aula, de acordo com pesquisa do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdade (Ceert). “A lei é importante, mas ainda não tem efetividade, ainda carece de um esforço por parte dos governos para assegurar sua efetiva aplicação. São necessários investimentos maciços na capacitação de professores, de treinamento, na disponibilização de fontes de pesquisa e de bibliografia e na checagem dos materiais que circulam nas escolas”, avalia Hédio Silva, um dos coordenadores do Ceert. Segundo o levantamento, o tema é abordado pelos professores somente em datas comemorativas, como a Abolição da Escravatura e o Dia da Consciência Negra. De acordo com a pesquisa, feita entre 2005 e 2006 com 987

professores do município de São Paulo, 70% dos educadores trabalham a diversidade em datas específicas, 54% desconhecem a lei e as diretrizes curriculares de valorização da diversidade e 38% acreditam que falta formação para abordar os novos conteúdos em sala de aula. Segundo Leonor de Araújo, Coordenadora-geral de Diversidade e Inclusão Educacional (Secad) do Ministério da Educação, haverá seminários regionais e um encontro nacional, será elaborado um documento que deve servir de referencial para o programa de ampliação e de implementação da lei. Também deverá sair um decreto para dizer qual é a obrigação do governo federal com a institucionalização da Lei 10.639. "O MEC, formou 15 mil professores, mais a meta é formar pelo menos 150 mil professores por ano para chegar a 2010 com a média de 400 mil professores formados." A Lei 10.639, de 2003, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1966. Se a lei não for cumprida, é como se você não estivesse cumprindo a LDB. Por isso, a escola pode ser notificada e até fechada", disse a coordenadora. *Fonte: Tatiana Matos e Luana Lourenço, Agência Brasil.*

Mapa do Racismo Ambiental revela conflitos em todos os estados do país

Quilombolas, índios e outras populações tradicionais vêm sendo alvo de injustiças em todos os Estados do país, tendo usualmente seus interesses e direitos "engolidos" por empreendimentos grandiosos, a exemplo de usinas hidrelétricas. Essa é uma das principais conclusões do "Mapa de Conflitos causados pelo Racismo Ambiental no Brasil", disponibilizado recentemente no portal da [Rede Brasileira de Justiça Ambiental](#) – RBJA. "Denuncia, entre outras coisas, a lógica que define os locais onde serão instalados os grandes empreendimentos de mineração, as barragens das hidrelétricas, a passagem de linhas de transmissão de eletricidade, de oleodutos e outras obras, como depósito de lixo tóxico ou de resíduos químicos. Uma lógica que faz com que todos os efeitos nocivos do desenvolvimento recaiam sempre sobre as populações mais vulneráveis", disse Tânia Pacheco, coordenadora do GT e autora do documento, elaborado com a colaboração da pesquisadora Tereza Ribeiro. *Fonte: Mônica Pinto / Tânia Pacheco, AmbienteBrasil*

País vai produzir pílula única para tratamento da aids até o fim de 2008

O laboratório Farmanguinhos, da Fiocruz está desenvolvendo uma pílula única que combina três drogas já existentes e produzidas no país - AZT (zidovudina), 3CT (lamivudina) e nevirapina - para o tratamento de pacientes infectados pelo HIV, vírus causador da Aids. A dose fixa combinada, como é chamada, está entrando na fase final de testes e estará disponível no mercado até o fim de 2008. Já está disponível um comprimido que reúne o AZT e o 3CT. Segundo Orival Silveira, chefe da unidade de assistência e tratamento do Programa Nacional de DST/Aids, a ingestão de um único comprimido por dia facilita a adesão ao tratamento. Quando os remédios começaram a ser disponibilizados pelo serviço público de saúde, em 1996, pacientes infectados tinham que ingerir até 30 comprimidos em diferentes horários ao longo do dia. Atualmente, 17 drogas compõem o chamado coquetel anti-Aids - sendo oito de fabricação nacional e nove importadas. Atualmente, 180 mil pacientes estão em tratamento no Brasil. *Fonte: Hilda Badenes, www.agenciaaids.com.br*

Ministro Joaquim Barbosa, Brasileiro do Ano

O ministro Joaquim Barbosa foi escolhido, pela revista IstoÉ, o 'Brasileiro do Ano! Ele foi homenageado em festa promovida pela revista no dia 10 de dezembro, em São Paulo. Joaquim Barbosa ganhou notoriedade no país com a sua atuação à frente do inquérito do mensalão, grande escândalo político transformado em Ação Penal pelo Supremo Tribunal Federal. Barbosa é o relator do processo, com 40 denunciados. Entre eles, José Dirceu, ex-chefe da Casa Civil. Depois de cinco sessões e 30 horas de debates, os ministros do STF decidiram receber a denúncia e Joaquim Barbosa foi aclamado pela mídia como herói nacional. Foi capa de duas revistas semanais e recebeu menções honrosas de uma terceira. *Fonte: Revista Consultor Jurídico.*

Movimento negro luta para garantir titulação de áreas quilombolas

Uma ofensiva de representantes do agronegócio, como a bancada ruralista do Congresso Nacional, quer retirar das comunidades quilombolas o direito de ter suas terras tituladas. Na ofensiva estão alguns projetos em tramitação no Congresso que buscam inclusive anular o decreto 4.887 que regulamenta o artigo 68 da constituição federal, nele o governo compromete-se em identificar e titular as terras pertencentes às comunidades quilombolas. A comunidade quilombola enviou juntamente com diversas entidades, uma carta direcionada à Casa Civil, AGU e ao Incra, em um manifesto contra a reformulação da Instrução Normativa do Incra que regulamenta o procedimento administrativo para a titulação das terras quilombolas. A carta contém protestos contra as mudanças propostas, uma vez que isto acarretaria no retrocesso do "reconhecimento dos

direitos dos quilombolas". Ainda afirma que a nova norma "restringe a definição do que são terras ocupadas pelas comunidades quilombolas excluindo as áreas detentoras de recursos ambientais necessários à preservação dos costumes, tradições, cultura e lazer e que englobem espaços de moradia, religiosos e os sítios com reminiscências históricas. As entidades e movimentos ligados a questões da população negra, realizaram uma audiência pública no mês passado em São Paulo e prometem a partir de agora, unificar a luta sobre o tema em todo o país. *Fonte: Gisele Barbieri, Radioagência NP e Adital.*

Com a bênção dos orixás

Apesar de sua relevância social e antropológica para Salvador e Região Metropolitana, o Parque São Bartolomeu convive hoje com o abandono e a depredação. Para assegurar a recuperação e conservação deste importante espaço sagrado para as religiões de matriz africana, a Fundação Cultural Palmares - FCP, a Secretaria de Promoção da Igualdade, e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia realizaram assinatura de convênio em favor da recuperação, estruturação e conservação do Parque. O projeto, com custo estimado de R\$ 4.626.388,65 dotará o espaço com equipamentos e estruturas de apoio a projetos de inclusão social e melhoria da qualidade de vida para as comunidades negras que habitam o entorno do parque. Na ocasião, foi assinado também convênio para a execução do Projeto Terreiros de Candomblé de Salvador - Intervenção de Valorização do Patrimônio Afro-Brasileiro. De acordo com o presidente da FCP, Zulu Araújo, a atividade terá por objetivo promover a recuperação e conservação de 41 terreiros de candomblé de Salvador. Na capital baiana, existem 1.162 terreiros cadastrados. Apesar de a verba federal contemplar apenas alguns destes, os critérios apresentados para a seleção priorizou a urgência das reformas estruturais. Houve também uma equidade na escolha dos espaços considerados grandes e pequenos. *Fonte: Máira Portela e Correio da Bahia.*

Censo do IBGE identifica 17,5 mil casais homossexuais

A Contagem da População, divulgada em dezembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), identificou, pela primeira vez, 17.560 pessoas que declararam ter companheiros do mesmo sexo atuando como chefe da casa. O número corresponde a 0,2% da população brasileira, segundo o gerente de Contagem Populacional do IBGE, Marco Antonio Alexandre. Ele informou que desse total, 9.586 homens se declararam cônjuges de companheiros do mesmo sexo, o mesmo ocorrendo em relação a 7.974 mulheres. A proporção é de 0,02% dos homens e 0,01% das mulheres que se encontravam nessa situação nos 5.435 municípios pesquisados. O questionário do IBGE pela primeira vez incluiu uma pergunta sobre a relação de convivência entre os moradores do domicílio e a pessoa considerada pelos moradores como responsável por aquele lar. Alana Gandra, *Agência Brasil*

Arquivos da ditadura: cicatrizes que falam

O Arquivo Nacional organizará um centro para facilitar consulta a um volume inédito de documentos do período da ditadura militar. O Centro que irá se chamar "Memórias Reveladas" reunirá acervos de órgãos públicos nos Estados e ainda os registros de órgãos ligados ao governo militar como o Serviço Nacional de Informação (SNI) e a Comissão Geral de Investigações. Todos estes dados serão organizados e disponibilizados para acesso público. A lei que determina o acesso público a estes documentos, dependendo de sua classificação, foi alterada com mais restrições pelo presidente Lula em 2002. Os arquivos ultra-secretos, podem ser divulgados em um prazo de 30 anos, podendo ser renovado pelo mesmo período, aqueles classificados como secreto tem um prazo de vinte anos, aqueles classificados como confidencial tem um prazo de dez anos e o reservado que tem um prazo de cinco anos. Na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) repousavam os documentos dos extintos Serviço Nacional de Informações (SNI), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Conselho de Segurança Nacional (CSN). Na Polícia Federal, a memória da censura. Em diversos ministérios e estatais, registros "de segurança" sobre pessoas e grupos suspeitos. Tudo isso passou para a guarda do Arquivo Nacional, no Rio e em Brasília. São 13.848.850 páginas de documentos, 10.984 imagens, 1.671 fotos, 373 filmes, 16 fitas de vídeo e 10 de áudio. "Há dossiês inteiros, depoimentos, observação de pessoas e partidos políticos. É um suporte documental para pessoas que estão com processos parados na Comissão de Anistia", explica Jaime Antunes da Silva, diretor do Arquivo Nacional. Pesquisas acadêmicas e jornalísticas também já vêm recorrendo ao acervo. No Arquivo Nacional a família pode obter cópias integrais da documentação. Aos parentes de mortos e desaparecidos é pedida uma autorização para que se tornem públicos os materiais que citam aquela pessoa. Acesse o site: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. *Fonte: Lorenzo Aldé, www.revistadehistoria.com.br.*

Relatório Direitos Humanos no Brasil 2007

A Rede Social de Justiça e Direitos Humanos lançou, no mês passado o Relatório Anual de Justiça e Direitos Humanos de 2007. A publicação, é resultado do trabalho de pesquisa de 28 organizações ligadas à defesa dos direitos humanos, e traz denúncias e propostas, que entidades empenhadas na defesa dos desprotegidos julgam necessário divulgar a fim de constranger o Estado a coibir abusos de seus agentes e dos agentes do poder econômico. Seu conteúdo inclui: relatos de violências; reprodução de estatísticas sobre assassinatos de indígenas, de quilombolas e de trabalhadores sem terra; notícias de usurpação de terras indígenas; denúncias de prisões ilegais, de despejos violentos, etc. *Fonte: www.social.org.br.*

Brasileiro vai presidir negociações do Mapa do Caminho pós-Kioto

O diretor do Departamento de Meio Ambiente do Itamaraty, embaixador Luiz Alberto Figueiredo, foi escolhido para presidir o grupo de trabalho que conduzirá as negociações do Mapa do Caminho até 2009, durante a 13ª Conferência das Partes sobre o Clima (COP-13). O Mapa do Caminho, aprovado ao final da conferência, é o roteiro que definirá o sucessor do Protocolo de Quioto. Entre os temas indicados no Mapa do Caminho, estão: redução de emissões de gases de efeito estufa por desmatamento, transferência de tecnologia para ações de mitigação e ajuda aos países mais vulneráveis aos impactos aquecimento global, como secas ou inundações. *Fonte: Agência Brasil.*

CEPAL abre inscrições para concurso de inovação social

Estão abertas as inscrições para o concurso "Experiências em Inovação Social", promovido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe [CEPAL] e apoiado pela Fundação W. K. Kellogg. Podem concorrer projetos realizados por governos estaduais ou municipais, associações comunitárias, comunidades religiosas, organizações não-governamentais (nacionais ou internacionais) e outras instituições do setor privado sem fins lucrativos, que trabalham nas áreas abrangidas pelo concurso, individualmente ou em redes entre as entidades já mencionadas. Os projetos devem ser sobre uma ou várias das oito áreas seguintes: saúde comunitária, educação básica, programas de juventude, geração de renda, responsabilidade social corporativa, voluntariado, desenvolvimento rural ou agrícola, segurança alimentar e nutrição. Outras informações sobre o concurso estão em www.cepal.org/dds/innovacionsocial. *Fonte: RITS.*

Fomento à produção audiovisual

Estão abertas inscrições até 29 de fevereiro de 2008 para os sete Editais de Fomento à Produção Audiovisual 2007/2008, da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (SAV/MinC). O total de recursos mobilizados para o apoio às produções é de aproximadamente R\$ 10 milhões. Informações: www.cultura.gov.br/

Edital 2008 do Fundo Brasil de Direitos Humanos

O Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH), lançou o edital de financiamento para novos projetos no ano de 2008. Com um orçamento anual inicial de R\$ 500 mil, o FBDH apoiou em 2007, seu primeiro ano de existência, 23 projetos ligados a temas como infância e adolescência, raça, gênero, direito indígena, trabalho escravo, violência institucional e sustentabilidade social, ambiental e econômica, entre outros, com recursos que variaram de R\$ 10 mil a R\$ 25 mil por iniciativa. O edital de seleção de projetos para 2008 está publicado no site do FBDH: <http://www.fundodireitoshumanos.org.br>.

Prêmio seleciona ações para combater Aids

O Prêmio Laço Vermelho vai selecionar até fevereiro de 2008 cinco projetos que ajudem a controlar e prevenir a Aids, a reduzir as desigualdades de gênero e a combater o preconceito contra soropositivos. A iniciativa é realizada pelo PNUD Internacional em conjunto com o UNAIDS (Programa das Nações Unidas sobre HIV/Aids). Podem concorrer associações da sociedade civil, organizações não-governamentais e institutos de proteção social de pequeno, médio e grande porte. Mais informações no site do PNUD.

BID inscreve para programa de diversidade no emprego

O BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) inscreve jovens universitários regularmente matriculados em cursos de graduação em seu país de origem e que tenham ascendência africana ou indígena em seu

programa de inserção "*Pasadia de La Diversidad*", inserção da diversidade no emprego. O objetivo é dar oportunidade para uma experiência profissional de em grande corporação internacional, além de adquirir conhecimentos sobre uma nova língua e uma nova cultura. As inscrições para a edição 2008 do programa estão abertas até o dia 15 de janeiro. Mais informações sobre o programa de bolsas podem ser obtidas na página oficial do BID. *Fonte: Tânia Cristina, CONNNEB.*

Desenvolvimento & Cidadania

Encerra, em 11 de janeiro de 2008, o prazo para envio de projetos sociais para a Seleção de Projetos do programa Desenvolvimento & Cidadania Petrobras. São destinados R\$ 27 milhões a projetos que contribuam para a redução das desigualdades sociais no país. O aporte máximo por projeto é de R\$ 690.000,00, tendo 12 meses como prazo para execução. Há possibilidade de renovação das propostas por até 24 meses. Informações no site: http://www2.petrobras.com.br/minisite/desenvolvimento_cidadania/apresentacao.asp

Valdisio Fernandes
Coordenador Geral

Para retirar o seu nome da lista de distribuição do INSTITUTO BÚZIOS, envie uma mensagem para buzios@institutobuzios.org.br escrevendo na linha de assunto "Remover do cadastro".